

28 MAI 1988

ESTADO DE SÃO PAULO

(ANC) P3

SÁBADO — 28 DE MAIO DE 1988

**Notas e informações**

# Sarney teve um sonho

Quem ligou seu receptor de rádio às 6 horas da manhã de sexta-feira ouviu da voz mais autorizada do País, a do presidente da República, a notícia pela qual todos esperam: brasileiras e brasileiros, a crise acabou! Em situação normal de temperatura e pressão sociais, haveria grande possibilidade de ouvir um monumental suspiro de alívio. Como a autoridade da voz presidencial não é capaz de tornar realidade um sonho, contudo, uma ampla audiência nacional do programa *Conversa ao Pé do Rádio* poderia, no máximo, provocar uma onda nacional de perplexidade, capaz de aumentar, em poucos minutos, a incidência de enfartes do miocárdio.

Infelizmente, brasileiras e brasileiros, a crise não acabou. O presidente, em um arroubo de imaginação causado possivelmente pela distância da realidade, provocada pelo ar rarefeito do Planalto Central, vislumbrou a luz no final do túnel, ao anunciar a chegada da Constituinte à sua reta final. O presidente tem a ilusão de que a Constituição a ser promulgada — só Deus sabe quando — porá termo, como num passe de mágica, à crise política institucional, que assola o Brasil desde sempre. Certamente, o cidadão José Sarney não está fazendo uma leitura adequada da Constituição que vem sendo elaborada a poucos metros de seu próprio gabinete de trabalho. Qualquer assessor seu, dotado de um mínimo senso de realismo, poderá esclarecer ao presidente que o texto da nova Constituição, fruto de um ranço corporativista, não demolirá a crise, mas a ajudará a encorpar-se.

Sarney partiu do pressuposto de que os 559 constituintes eleitos em novembro de 1986 conseguiram desatar os nós que impedião o livre desenvolvimento das instituições nacionais. Afinal, o “clima de interesses eleitorais que em muito prejudicou o debate aprofundado dos destinos nacionais, neste momento decisivo de nossa História”, estabeleceu as regras do jogo

da redação da nova Carta e depositou no texto constitucional uma série de novos entraves à solução da crise, do tabelamento esdrúxulo de juros ao poder irrestrito das burocracias sindicais, só para dar dois dos muitos exemplos gritantes nesse sentido.

O presidente também usou como argumento em defesa da vitória do governo sobre a crise o fato de estarmos chegando à fase final da negociação da dívida externa. “Estamos reintegrando assim o Brasil à comunidade internacional”, disse Sarney, em seu programa semanal de rádio. Trata-se de uma meia-verdade: primeiro, quem retirou o Brasil do convívio da comunidade internacional não foi a vontade suprema da sociedade brasileira, mas uma decisão de governo, aliás, o governo chefiado pelo próprio Sarney, e uma linha política adotada pelo partido que o suporta, o PMDB. Além disso, o fato de conviver em termos civilizados com a comunidade financeira internacional não significa o fim da crise, pois tal convívio não omite o fato de que o empobrecido cidadão brasileiro continua obrigado a conviver diariamente com a realidade de uma dívida crescente. Bem-vinda seja a decisão política de encarar o problema do endividamento externo com os pés firmes sobre o chão. Mas o fim da crise só poderá ser anunciado no dia em que a dívida estiver sob controle. E não está.

Da mesma forma, não está sob controle o processo inflacionário que desequilibra completamente as relações internas da economia brasileira. Para reforçar seu argumento de que a crise chegou a um ponto final, o chefe da Nação informou que a inflação deste mês foi inferior à do mês passado, atingindo o nível de 17,78%. O ouvinte perplexo, obrigado a lidar com os dados da realidade, só vai poder comemorar o fim da crise, em parte provocada pela inflação, no dia em que, em rede nacional de televisão, o presidente da Repú-

blica anunciar que seu índice chegou aos 17,78% ao ano e não num único mês!

Após anunciar a maior safra agrícola da História, a queda do nível do desemprego e o maior saldo da balança comercial em todos os tempos — episódios todos evidentemente alvissareiros —, José Sarney comemorou, ainda, a nova política industrial, “que fez o Brasil chegar ao setor econômico com a abertura democrática”. A liberalização da economia é, possivelmente, a melhor notícia de todas quantas o presidente deu em seu pronunciamento otimista feito pelo rádio. Principalmente porque é aquela que produzirá, certamente, os mais benéficos efeitos na jornada em direção do dia em que, finalmente, s. ex. puder anunciar, apoiado em dados da realidade e não em ilusões, o fim da crise. Há dois obstáculos sérios nessa caminhada e eles não podem ser esquecidos: a efetiva realização das metas fixadas pelo governo e a coerência entre a política industrial realista do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e os dispositivos já aprovados pela Constituinte para a nova ordem jurídica a vigorar no País, após a promulgação da nova Constituição. Há um evidente conflito entre a política industrial liberal do governo federal e a camisa-de-força econômica costurada pela Constituinte. Infelizmente, em seu programa de rádio, o presidente não foi capaz de explicar em que circunstâncias tal conflito será resolvido, levando à prática a política industrial e não o texto constitucional.

Como o pastor Martin Luther King, parece que o presidente José Sarney teve um sonho, que, ao contrário daquele famoso de John Lennon, ainda não acabou. Como bom brasileiro, seu sonho foi a maravilha de uma bela ilusão. A Nação espera agora o trabalho efetivo do governo no sentido de transformar este sonho em algo mais real e palpável. Sob pena da completa desmoralização não apenas do programa semanal, que já não goza de prestígio popular, mas principalmente do presidente e do governo que ele chefia.